

PAULO MANUEL DE CARVALHO TOMÁS

A VILA DA LOUSÃ

CONTRIBUTO PARA UM ESTUDO
DE GEOGRAFIA URBANA



FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA

1996

PLANO DE TRABALHO

À GUIA DE INTRODUÇÃO

1. O QUADRO ESSENCIAL DOS TRAÇOS GEOGRÁFICOS

2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: POPULAÇÃO, POVOAMENTO E «EVOLUÇÃO URBANA». DA ORIGEM ATÉ MEADOS DO SÉCULO XIX

2.1 Os vestígios da ocupação romana entre o silêncio arqueológico pré-histórico e as «trevas documentais» do período bárbaro

2.2 Período muçulmano, reconquista cristã, alvor e afirmação da Nacionalidade

2.3 Os confins dos tempos medievos

2.3.1 Os arrolamentos dos besteiros do couto (1260 - 1279; 1417) e os impostos lançados sobre os tabeliães (1287-1290)

2.3.2 As capelas instituídas por particulares (1336; 1337; 1433)

2.3.3 Uma sentença emitida no Paço do Concelho da Lousã (1402)

2.3.4 Uma sentença de D. Afonso V (1467)

2.4 Época Moderna

2.4.1 O «Numeramento ou Cadastro da População da 1527»

2.4.2 O Renascimento e a literatura de viagem

2.4.3 Uma «Estimativa da População Portuguesa em 1640»

2.4.4 O Tombo de 1687. As primeiras pistas para o esboço morfológico do pequeno burgo lousanense

2.4.5 A descrição topográfica da Padre António Carvalho da Costa (1708)

2.4.6 As Informações Paroquiais de 1721

2.4.7 A «Geografia Histórica», de Luís Caetano de Lima (1734-1736)

2.4.8 O «Dicionário Geográfico» do Padre Luís Cardoso (1747-1751)

2.4.9 As Informações Paroquiais de 1756 e 1758

2.4.10 «Portugal Sacro-Profano» de Paulo Dias de Niza (1767-1768)

2.4.11 O Censo de Pina Manique (1798)

2.4.12 O Censo do Conde de Linhares (1801)

2.4.13 A Vila da Lousã em duas notícias «relâmpago» (1800 e 1822)

2.4.14 Uma viagem à Serra da Lousã, em 1838

2.4.15 O «Mapa do distrito administrativo da Coimbra» (1854)

3. MUTAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: POPULAÇÃO, POVOAMENTO, EVOLUÇÃO URBANA E PLANEAMENTO URBANÍSTICO. DO MEADO DE OITOCENTOS ATÉ AOS NOSSOS DIAS

3.1 A população e o povoamento (1864-1991)

3.2 A evolução do plano urbano: etapas fundamentais

3.2.1 De 1863 até 1915

3.2.1.1 A renovação das infra-estruturas viárias ou o lançamento da moderna rede viária (1863-1906)

3.2.1.1.1 As modernas estradas: o prelúdio da evolução urbana a um novo ritmo

3.2.1.1.2 O caminho de ferro: um poderoso factor de urbanização

3.2.1.2 A ocupação funcional: o esboço possível

3.2.1.3 Os equipamentos

3.2.1.4 A igreja nova e o alargamento da praça do município: a primeira operação de renovação urbana

3.2.1.5 As infra-estruturas básicas: abastecimento de água e iluminação pública

3.2.1.6 As primeiras preocupações no domínio do planeamento urbano

3.2.2 De 1916 até 1955

3.2.2.1 A conquista do espaço oriental: uma imagem marcante da vila moderna

3.2.2.2 A ocupação funcional dos espaços construídos

3.2.2.3 Os equipamentos, os edifícios públicos e as infra-estruturas básicas (energia eléctrica e a água canalizada)

3.2.2.4 As preocupações urbanísticas à luz das novas directrizes do planeamento urbano

3.2.3 De 1956 até 1996

3.2.3.1 A continuidade da expansão oriental e a imagem marcante do prédio de apartamentos; o «habitat» individual nos bairros novos

3.2.3.2 O recente recrudescer do planeamento urbano

3.2.3.2.1 O regulamento do P.D.M. da Lousã

3.3 A Vila actual

3.3.1 A morfo-funcionalidade

3.3.2 O Centro Histórico: delimitação, regulamento e significado urbanístico

3.3.2.1 A questão dos limites

3.3.2.2 As disposições regulamentares

3.3.2.3 O património construído

3.3.3 Algumas notas acerca do planeamento do espaço urbano lousanense na viragem do milénio.

NOTAS FINAIS

À GUIA DE INTRODUÇÃO

A nossa inclinação espiritual pelos estudos consagrados à Geografia Humana decorre, em grande parte, das vigorosas influências irradiadas da aura científico-cultural dessa plêiade de homens representada pelos nossos mestres geógrafos coimbrãos.

De entre as diversas orientações enraizadas nesse tronco comum, a Demogeografia, a evolução dos espaços rurais, e a evolução dos espaços urbanos representam, desde cedo, preocupações centrais no nosso pensamento. O Homem, o espaço e o tempo, elevam-se enquanto dimensões basilares nos estudos geográficos humanistas.

Em jeito de resposta às exigências concretas da missão que gostosamente abraçámos, resultou difícil a escolha objectiva do caminho temático a privilegiar perante um leque tão variado de problemas geográficos, resultado da multiplicidade das acções desencadeadas pelo Homem no quadro territorial onde opera, entendidos como domínios que se interpenetram, e não como ilhas ou compartimentos estanques, filosofia extensível às outras eventuais abordagens científicas de que possam ser alvo.

A arquitectura geohumana da superfície terrestre, em contínuo devir, espelho da capacidade de transformação desencadeada pelo «fermento» humano, está alicerçada nas relações económicas, sociais, e culturais, de alcance diferenciado em razão do arsenal civilizacional dos grupos humanos.

A evolução de cada unidade ou célula desse mosaico não se processa de forma independente em relação ao conjunto, percepcionado a diferentes escalas de análise, e incorpora diversas influências, cada vez mais em tempo real. Se por um lado, a difusão das inovações tende a atingir em menos tempo a escala planetária, por outro lado o espaço e a sociedade dificilmente estão imunes ao assédio de influências igualitárias, que assimiladas concorrem para o esbatimento progressivo de certas marcas originais ao nível da organização do espaço e das diversas relações desencadeadas pelos seus actores.

Nesta fase preliminar parece-nos inevitável o mergulho nos alicerces da metodologia científica da Geografia, no intuito de encontrar a solução mais adequada relativamente a este primeiro problema que germinou na nossa preocupação.

A busca da resposta remete-nos para a triologia clássica e imprescindível em qualquer estudo geográfico: «O quê?», «Onde?», «Porquê aí?».

Efectivamente somos apologistas que o ponto de partida em qualquer atitude pretensamente científica decorre primeiramente da identificação clara e inequívoca do problema ou dos problemas a solucionar, genericamente um determinado fenómeno que ousa despertar e prender a atenção do observador.

Ora a delimitação espacial do fenómeno e a escala de análise a privilegiar, etapa precedente fundamental e um dos traços originais da investigação geográfica, não raras

vezes levanta dificuldades ao geógrafo, principalmente em razão da subjectividade inerente ao carácter individual da percepção dos fenómenos, eles próprios retratados na originalidade da ocorrência espacial e marcados pela natureza específica dos agentes intervenientes, praticamente irredutíveis a situações laboratoriais, cenário corrente nas ciências sociais e humanas, não obstante a possibilidade de recurso à modelística.

A terceira questão, acima enunciada, representa outro domínio em que contributo original do geógrafo não pode, nem deve, denunciar fragilidade, exigindo-se-lhe a aplicação dos traços distintivos do seu espírito, e portanto, a conjectura dos cenários de explicação, coroando os rasgos de pensamento incendiados na acuidade da observação, é uma exigência imperiosa da análise geográfica.

Desde o dealbar do esboço dos traços basilares deste projecto, quais frustes silhuetas desenhadas nos crepusculares feixes de luz irradiados da aurora do nosso pensamento, resulta claro que não pretendemos estudar a vila da Lousã nas suas múltiplas facetas, mas apenas enfatizar alguns dos seus aspectos geográficos.

A evolução urbana da vila da Lousã representa o nosso ponto de partida, o itinerário principal do «périplo» que nos propomos realizar.

De entre a paleta variegada e fecunda das orientações da Geografia Urbana não foi fácil discernir qual o caminho a percorrer!

Com efeito, quais os vectores concretos a privilegiar?

Qual a escala de análise a adoptar?

E como individualizar o «espaço» a estudar?

Ora a pertinência desta tripla e embricada questão - que apenas por razões de método entendemos susceptível de dissociar -, prende-se necessariamente com o papel basilar e central que essas linhas estruturantes desempenham em qualquer projecto de investigação.

No concernente ao primeiro tópico, após profunda reflexão centrada nas orientações da Geografia Urbana e tomando em consideração o necessário ajuste à dimensão espacial e geohumana da realidade susceptível de análise, o esqueleto do estudo forjou-se no encontro de certas tendências mais ou menos clássicas nos estudos de Geografia Urbana, entre as quais tomamos a liberdade de destacar: o sítio, a posição, e a evolução morfo-funcional dos espaços urbanos, com algumas preocupações relativamente modernas ou até mesmo contemporâneas (principalmente entre nós), estas últimas gravitando em torno do planeamento urbano, dos problemas atinentes à conservação do património construído e seu significado urbanístico.

A relativa diminuta expressão urbana da Vila da Lousã até aos meados de Oitocentos e a necessidade de enquadrar a evolução do aglomerado populacional mais importante num quadro espacial mais amplo, em parte representado pelo seu termo, parece-nos susceptível de justificar o privilégio que concedemos às componentes

demográfica e de povoamento, sob análise comparativa, preocupação que igualmente acompanhará o seu estudo desde essa época, embora com menos significado no conjunto. Numa palavra, trata-se de integrar na análise diferentes gradientes de escala consoante a importância e a pertinência dos factores envolvidos na dinâmica de «urbanização» do burgo lousanense

No quadro de referência que constituirá o travejamento de parte significativa do presente trabalho, a Geografia Histórica assumirá papel de relevo mormente ligada ao estudo da população e do povoamento no período “pré-censitário” assim como no esteio da génese e da evolução do plano urbano da vila da Lousã.

Relativamente ao segundo tópico, em consonância com a tese anteriormente defendida, advogamos que a escala local, retratada ao nível da freguesia e do concelho, proeminente na primeira parte do estudo, será posteriormente aprofundada e acompanhará o crescendo do nível de análise concretizado no olhar geográfico sobre o «espaço urbano» lousanense, embora em ambas, por necessidade induzida pela análise explicativa, se recorra por vezes a cenários espaciais mais amplos e a níveis de conceptualização diferenciados, aliás pertinente numa análise diacrónica.

Não obstante reconhecermos que o conceito de espaço urbano e a sua delimitação territorial são questões complexas e potencialmente indutoras de ampla e acalorada discussão entre os investigadores e particularmente entre os geógrafos, entendemos reservar a esses problemas uma breve reflexão.

A definição geográfica de cidade, aglomeração urbana, povoação urbana, centro urbano, e de espaço urbano representam temáticas bastante versadas nas publicações consagradas à Geografia Urbana.

A preocupação em identificar de forma inequívoca os traços distintivos e em definir com exactidão os limites do fenómeno urbano, iniciada com os estudos de JEAN BRUGNES e de MAX. SORRE, rapidamente se transformou em assunto de presença habitual nos manuais didácticos da especialidade.

Os contributos dados à estampa, não obstante a primazia atribuída aos critérios de natureza quantitativa, revelam sérias dificuldades metodológicas, «(...) o que é explicado pela variabilidade e complexidade dos objectos» (J. GASPARD, 1975, p. 116).

Na expressão de T. B. SALGUEIRO (1992, p. 26), a multiplicidade de dimensões e de características que apresentam as povoações urbanas, as numerosas disciplinas e os interesses que se debruçam sobre a realidade urbana, e a subjectividade inerente ao observador acrescentamos nós, são outras tantas dificuldades ao entendimento do fenómeno urbano.

Ainda segundo T. B. SALGUEIRO (op. cit, pp. 26-27) os elementos outrora eleitos pela Geografia como nucleares na diferenciação urbana: o modo de vida, a forma de ocupação do território e as actividades económicas, são desde há várias décadas de

difícil apreciação, em resultado da difusão espacial do modo de vida dominante (urbano) a praticamente todos os recantos do mundo civilizado, e da «(...) evolução dos aglomerados urbanos (...)» que por sua vez contribuiu decisivamente «(...) para alargar a dificuldade (...)» inerente aos dois últimos critérios referidos.

Mesmo trazendo à luz da reflexão outras qualidades urbanas elas normalmente indiciam na sua origem um horizonte amplo de indicadores (nem sempre disponíveis ao observador), cuja análise não raras vezes nos faz perder «(...) em intrincadas minúcias que dão uma fragilidade excessiva à definição dos limites e estes tornam-se caprichosos no desenho e verdadeiramente efémeros na duração, ou vagueamos em flutuações que desfocam a realidade e dão aos limites um carácter verdadeiramente difuso» (J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, 1973, p. 5).

Da síntese apresentada por T. B. SALGUEIRO (op. cit., pp. 28-38) relativa aos «(...) principais critérios passíveis de utilização para o cômputo da população urbana e para a delimitação das áreas urbanas (...)», parece-nos de destacar os conceitos de lugar urbano caracterizado por uma certa dimensão, densidade e diversidade, recorrendo-se frequentemente a variáveis de natureza diversa: demográficas, morfológicas e funcionais, alguns dos quais rotulados com a chancela administrativa de cidade, e de «(...) população urbana a qual inclui os residentes naqueles lugares, podendo englobar outros moradores em núcleos mais pequenos ou nas proximidades de uma cidade, cuja actividade, nível e condições de vida os permitam equiparar em tudo aos restantes cidadãos (...)».

É este entendimento, resultante da conjugação de factores de diversa ordem, que iremos perseguir, elegendo o esclarecimento atinente ao cenário de fundo deste ensaio como objectivo imediato.

Em jeito de aproximação preliminar e subtil ao foco irradiador que reflecte a realidade espacial objecto deste estudo, parece-nos pertinente analisar a imagem da distribuição dos homens na bacia topográfica da Lousã. Na prossecução deste objectivo, a observação pode realizar-se quer de forma indirecta mediante a utilização da cartografia, mormente a Carta Militar de Portugal (escala 1/25000, folhas n.º 242 e 252, 1983), ou então a Carta de Portugal (escala 1/50000, folha n.º 19-D, 1994, Figura 4), e ainda mediante observação directa, para a qual sugerimos um conveniente distanciamento e a procura de um ponto de mira “estratégico”. Empreendamos a subida pela pista florestal das Hortas até ao mirante da Tarrasteira, situação excelente praticamente no topo da encosta que meridionalmente fecha a bacia topográfica da Lousã, abrindo amplas possibilidades de vislumbrar o conjunto em estudo, e concomitantemente permite-nos acautelar a relativa desactualização cartográfica.

Sob a égide de um silêncio d'ouro sugestivamente quebrado ao longe pela alegria transbordante da impetuosa correria dos ribeiros por entre o fraguado talhado e escurecido na noite do tempo, efemeramente interrompido na vizinhança do balcão pela

encantadora melodia entoada pelas aves, embalados na frescura e na suavidade da brisa que divaga por estas paragens, antes que o olhar seja resgatado pelo espectáculo do entardecer cujo protagonista, o crepúsculo, salpicará tons rubros na linha ocidental do horizonte, fixemo-nos no enredo das imagens que meridionalmente se desenham, em parte semi-construídas no nosso pensamento pois carreadas no decurso da nossa vivência.

Na paisagem variegada que se estende aos nossos pés, mergulhamos inicialmente num quadro de análise consideravelmente amplo, compensando o prejuízo derivado da ligeira redução da escala com a mais valia resultante da análise do conjunto, procurando discernir e transportar para a tela os traços mais marcantes da silhueta do aglomerado populacional principal e a da sua continuidade através de caprichosas incursões por entre condições topográficas, por vezes bem contrastadas, não obstante o plano sedimentar, pelas vantagens oferecidas - principalmente depois de afastado o perigo das algaradas-, ter sido eleito o palco privilegiado das manifestações geográficas mais importantes desencadeadas pelos grupos humanos.

Em linhas gerais a imagem dominante reflecte a dispersão do povoamento ao longo dos principais eixos viários que sulcam a bacia topográfica da Lousã.

A vila destaca-se claramente como o aglomerado populacional mais importante, espreado essencialmente no nível superior da bacia topográfica, a que se acrescem pontualmente lugares de menor importância, ora encimando colinas sedimentares e terraços fluviais, ora alcandorados no Maciço Antigo, neste último caso, tributários de uma génese e de uma evolução diferenciada, não olvidando os lugares situados no contacto entre as colinas sedimentares e a Serra, orientados ao longo da via secundária de ligação Lousã-Miranda do Corvo, traços estes em parte o resultado da imagem captada a partir de outros pontos referenciais e retida na memória, pois que imperceptíveis no local privilegiado para a primeira observação directa.

As ramificações mais significativas do «corpo» principal do povoamento, resultam quer da abertura de «novas» vias de comunicação, quer do melhoramento significativo operado noutras, advindo da consequente ligação que estabelecem com antigos núcleos populacionais rurais, o estreitamento de relações e a coalescência do espaço construído, em alguns casos integrados - no decurso do tempo - no limite administrativo da Vila.

A respeito do dinamismo urbano susceptível de ser desencadeado pela abertura de um novo eixo viário, aponta-se como exemplo «paradigmático» a Rua de Coimbra - antiga Recta do Freixo -, cuja expressão urbanística se estende até bem perto da Relva do Freixo, a que se acrescem outros casos igualmente significativos tais como a Rua Dr. António José de Almeida, que estabelece a ligação da Rua Engenheiro Duarte Pacheco ao Casal do Espírito Santo, e que antecede o eixo de povoamento que se estende até ao

Freixo; a Rua 25 de Abril até ao núcleo antigo da Papanata e depois o seu prolongamento até às Fontainhas, onde converge outro importante eixo de povoamento provindo da Ponte do Areal (e que segue pelos Cômoros e pela Moita), e daí sob o olhar atento e interessado da Ribeira e do Olival avança em direcção à Póvoa da Lousã.

No concernente ao segundo caso, apresentamos como exemplos mais significativos, a Rua Dr. Pedro de Lemos, artéria que retoma em parte a antiga Estrada da Favariça e estabelece a ligação da Rua Comendador Montenegro com aquele lugar, e praticamente na mesmo sentido a Rua Dr. José Cardoso (antiga estrada da Vaqueira) e a Avenida de São Silvestre, e em razão da dinâmica urbana dos últimos anos, não será exagero afirmar que existe praticamente uma ocupação contínua do solo, traduzida em espaço construído, desde a Flor da Rosa até às portas de Vilarinho, seguindo pela E. N. n.º 342, para além do actual limite administrativo da Vila, embora a sua feição urbana seja discutível.

Assim, as vias que estabelecem a comunicação entre os núcleos populacionais outrora (e nalguns casos ainda recentemente) considerados periféricos (subúrbios) e o velho burgo lousanense, para além de estruturantes do próprio povoamento, assumiram-se como importante “factor de urbanização”, dinamizando a edificação de novas construções, acompanhadas pela chancela de uma certa imagem urbana.

Facilmente se reconhece que as dificuldades encontradas se prendem essencialmente com o facto da porção do território em análise não ser um todo dotado de homogeneidade e de continuidade espacial no concernente às qualidades urbanas. Para além dos hiatos interiores retratados em espaços ainda não urbanizados, destacamos certas franjas do corpo principal, onde a transição é por vezes de difícil de perceber. Nelas se desenham extensos domínios de espaços agrícola e florestal (este aí muito menos expressivo territorialmente), onde germinaram e cresceram um conjunto de lugares, numa base social pautada por práticas culturais e vivências peculiares que lhes imprimiram características próprias e diferenciadas. Numa primeira fase o incremento das vias de comunicação aproximou alguns desses lugares e estreitou os seus contactos com restante malha local e regional. Depois o espaço intercalar, ladeando as estradas principais, foi sendo ocupado principalmente por moradias, definindo por vezes corredores continuos de espaço construído, ao mesmo tempo que a participação crescente de actores exógenos e a crescente uniformização do modo de vida urbano (tomado em sentido lato) acompanham transformações mais ou menos profundas no sector profissional nos domínios morfológico e funcional. Contudo, essa faceta da urbanização, adstrita a eixos espaciais muito concretos e de certa maneira difusos na malha das comunicações locais e regionais, numa comparação exaustiva com o lugar urbano, utilizando uma gama variada de indicadores, e se possível com recurso ao

método dos inquéritos directos, “esfuma-se” o que nos levar a admitir que existem diferentes níveis de lugar urbano e de população urbana.

Bem, então, o que está em causa é destrinçar a vila geográfica, sabendo que o perímetro urbano definido pela autarquia, servindo finalidades de planeamento, entre outras, ultrapassa o limite geográfico do aglomerado populacional.

Mas, os limites administrativos são «(...) também eles produto das mesmas acções, longamente caldeadas ao longo dos séculos, sofrendo ajustamentos nem sempre ditados pela arbitrariedade pura e simples e são muitas vezes decantado reflexo das próprias realidades geo-humanas em contínuo devir. Deste modo a artificialidade destes limites não passa afinal de uma *técnica* necessária à própria estrutura da ocupação dos espaços e a sua expressão cartografada e codificada a sua legalização *a posteriori*» (J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, op. cit., p. 7).

Com efeito, os limites administrativos da vila têm sofrido alterações ao longo do tempo, acompanhando as constantes modificações impostas ao território pelo dinamismo da vila geográfica. Em resultado do aumento da área construída para o qual concorrem fortemente o crescimento demográfico e ultimamente também as alterações ao nível da estrutura familiar, e das preocupações crescentes no âmbito do ordenamento do território, a Câmara Municipal enquanto entidade responsável pela delimitação da área (perímetro) urbano - o que necessariamente se repercurte ao nível dos dados por lugar publicados pelo I.N.E. - tem vindo a ampliar os respectivos limites, atitude também reveladora da «(...) necessidade de antecipar o controlo da zona potencialmente urbanizável» (T. B. SALGUEIRO, op. cit., p.36), embora em sentido geral no país, a falta de meios financeiros, a ausência de uma política de solos ou talvez de uma lei de bases de utilização e ordenamento do território, as pressões dos «lobbies», entre outras, comprometa muitas vezes a validade dos resultados a alcançar, sem esquecer também os potenciais malabarismos associados a essa delimitação territorial que por vezes planeando justamente certos benefícios pode contribuir para artificializar esse espaço.

A observação cuidada da Planta de Ordenamento (Peça Escrita n.º 3) do P.D.M. da Lousã (a este respeito veja-se a Figura 31), permite-nos inferir acerca dos limites definidos para o espaço urbano actualmente objecto de P.U. . Essa porção do território municipal, de sobremaneira ampla o que se compreende pela filosofia subjacente e pelos objectivos que persegue, tem uma forma pentagonal imperfeita, pois que meridionalmente partindo da proximidade dos velhos engenhos do Penedo, segue de perto o Rio Arouce pelo nível inferior da bacia topográfica até ao limite da Póvoa da Lousã, onde a metade nascente da figura se começa a esboçar, primeiro desembaraçando-se das colinas sedimentares do Cabeço da Bandeira e da Chã do Freixo e depois flectindo para Sul em direcção ao início do vale talhado pelo Arouce à saída do Maciço Antigo, destinguindo pontos de delimitação tais como a Rogela, Casal do Espírito

Santo, Vale, Sarnadinha, Alfocheira, Cimo de Gevim e finalmente a entrada da Fábrica de Papel do Penedo.

Igualmente no memo cartograma, é possível destrinçar uma porção de território municipal mais restrita identificada com a designação de «área central» e que no nosso entender, pelas razões anteriormente apontadas, corresponde «grosso modo» àquilo que entendemos por espaço urbano ou lugar urbano da Lousã, isto é a vila geográfica, circundada pela vila administrativa.

Efectivamente, mantendo uma atitude de proximidade espacial em relação aos fenómenos, o que significa desvalorizar o pedestal sobranceiro ao burgo e calcorrear as ruas, observar atentamente as características morfo-funcionais do espaço, ler cuidadosamente um conjunto de dados estatísticos e conjugar cognitivamente essa gama variada de critérios, para entender que afinal o espaço urbano da Lousã - não obstante a dificuldade de percepção e a subjectividade inerente ao observador - é obviamente bastante mais restrito em relação ao conjunto delimitado administrativamente, e corresponde grosso modo ao recorte da área central ampliada de sobremaneira.

Esta reflexão se outro mérito não tem, pelo menos é um préstimo para concluir que «(...) o que está em causa, aliás, não é a própria delimitação do espaço mas a sua análise e a sua compreensão enquanto facto de Geografia», não esquecendo que uma povoação urbana é sempre um facto artificial, «(...) o resultado de acções humanas conscientes e voluntárias» (J. M. PEREIRA de OLIVEIRA, op. cit., p. 7).

No presente trabalho não nos limitamos de forma rígida ao estudo do «espaço urbano» da Lousã. Não obstante ele constituir o fulcro inspirador e, em grande parte, o centro potencial da nossa atenção, entendemos ser benéfico integrar no estudo escalas de análise menores, quadros territoriais mais amplos, procurando discernir as relações de diferente natureza e intensidade que se estabeleceram ao longo do tempo entre a Vila e os seus quadros cenográficos exteriores, identificar os factores que actuaram no processo de evolução urbana da Vila, e explicar o seu protagonismo.

A opção atinente ao «espaço» objecto da presente análise resulta essencialmente das preocupações que ele nos suscita no âmbito dos domínios científicos da nossa predilecção, a que se juntaram as vantagens de um certo conhecimento, da vivência habitual, e da proximidade geográfica face ao principal centro documental onde desenvolvemos parte significativa da nossa pesquisa.

Apesar do interesse científico que a Lousã tem despertado no seio da comunidade geográfica nacional, entre a qual é lícito destacar os cultores da Geografia

Física, e muito particularmente os geomorfólogos da «Escola de Lisboa» ⁽¹⁾, sem olvidar outros trabalhos de escopo geográfico dados à estampa, quer de cariz monográfico ⁽²⁾, quer consagrados a certas “especialidades” ⁽³⁾, parece-nos legítimo afirmar que o estudo geográfico da evolução urbana da vila da Lousã, ainda estava por realizar.

A proposta de trabalho que apresentamos alicerça-se numa estrutura tripartida.

Depois do esboço atinente aos traços essenciais do quadro geográfico lousanense, a que esta introdução já presta algum contributo, iniciamos o estudo da organização do espaço, desde os primórdios da ocupação humana até meados de Oitocentos, ilustrado nas componentes de população, povoamento e evolução urbana da Lousã. A baliza, sem ser um marco temporal rígido, pretende, porém, assinalar um

⁽¹⁾ O estudo geomorfológico e sedimentar da Bacia da Lousã, iniciado de forma sistemática por Orlando Ribeiro e Pierre Birot, na década de quarenta, prosseguiu com o contributo da Prof. Suzanne Daveau e de outros directos colaboradores. Depois de várias publicações parcelares, a que se acrescem contributos científicos sob escopo geológico, foi dado à estampa o relatório final: Suzanne Daveau, *Les bassins de Lousã et Arganil. Recherches géomorphologiques et sédimentologiques sur le massif ancien et sa couverture à l' est de Coimbra*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos n.º 8, dividido em dois volumes: *vol I. Le bassin sédimentaire*, Lisboa, 1985, e *vol. II. L'évolution du relief*, (...), Lisboa, 1986, num total de 450 páginas.

⁽²⁾ Ver Maria Beatriz Alvão Serra, *A Bacia da Lousã. Estudo Geográfico* (Dissertação de Licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra), Coimbra, 1961, 74 p; Pedro Dias e Fernando Rebelo, *Lousã. A Terra e as Gentes*, Lousã, Edição da CML, 1985, 95 p.

⁽³⁾ Aristides de Amorim Girão, «Aspectos geológicos e geográficos da Serra da Lousã», *O Centenário Turístico da Serra da Lousã*, Lousã, B.M.L., 1938, pp. 7-17; Raúl de Miranda, «Paisagem geológico-geográfica da Serra da Lousã», *O Centenário turístico da Serra da Lousã*, Lousã, B.M.L., 1938, pp. 20-32; Maria do Espírito Santo, Maria Bela Vaz, Jorge Babo e Alberto Vilanova, «O que foi e o que é a Serra da Lousã», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, n.º 8-9, 1954, pp. 31-57, especialmente pp. 47-57; Maria Fernanda Alegria, «A bacia topográfica da Lousã. Características físicas e ocupação do solo», *Revista Finisterra*, Lisboa, vol. XI, n.º 22, 1976, pp. 187-227; Suzanne Daveau, «Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã», *Jornadas de Cultura e Turismo (16-17 de Julho de 1988). Comemoração do 150.º aniversário da 1.ª viagem turística e cultural à Serra da Lousã (1838-1988)*, Lousã, B.M.L./C.M.L., 1988, pp. 89-111; Fernanda Maria Delgado Cravidão, *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*, Col. Estudos n.º 10, Coimbra, F.L.U.C., 1989, 90 p.

momento fundamental na mutação da imagem urbana do burgo lousanense, incendiada com o advento das modernas comunicações. Na terceira etapa ou capítulo, que nos transporta do meado do século XIX até à actualidade, depois da análise sumária atinente à população e ao povoamento lousanense, procuramos destrinçar os momentos essenciais da evolução urbana da Vila (1863-1915; 1916-1955; 1956-1996), as suas características morfo-funcionais, e os principais factores intervenientes, sempre numa óptica de análise urbana integrada. Com efeito, as diferentes facetas do fenómeno urbano por nós abordadas prendem-se muito mais com a forma, estrutura, funções, e “questões auxiliares” no domínio do planeamento e do significado urbanístico do espaço construído, do que com o jogo complexo das interacções urbanas. Os elementos basilares são pois retratados nas suas múltiplas relações e a análise será cimentada pelo factor tempo, «(...) introduzindo no sistema, segundo as circunstâncias, o elemento de evolução linear complexo ou uma descontinuidade susceptível de modificar sensivelmente o equilíbrio da combinação (J. BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 16).

De certo modo, devemos considerar que a nossa primeira investigação orientada nesse contexto, e que não deixa de constituir um marco para o trabalho que agora damos à estampa, foi lançada em 1992, aquando da nossa participação, no âmbito do último ano da licenciatura em Geografia, no Seminário de Geografia Urbana. No trabalhinho (inédito) então elaborado pretendemos lançar um olhar geográfico atinente ao património construído da vila da Lousã, tendo como preocupação essencial o seu significado urbanístico, e mostrando desde logo a intenção em retomar essas linhas preliminares e equacioná-las numa investigação mais aprofundada, o que efectivamente viria a concretizar-se após o arranque do curso de Mestrado em Geografia, no final de 1993, pouco tempo depois do nosso ingresso - como Assistente Estagiário -, no Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Coimbra.

A apresentação do plano de trabalho subjacente a esta dissertação decorreu no início de 1995, pelo que, em face dos limites de tempo, grande parte das investigações e dos contactos mais importantes decorreram na primeira metade desse ano, data a partir da qual se iniciou o período de reflexão mais profunda e a redação das grandes linhas orientadoras do trabalho. Novo alento surgiu com a prorrogação da barreira temporal terminal do mestrado para horizontes mais longínquos, situação que nos possibilitou realizar um segundo período de pesquisa, porventura mais amiudada, findo o qual se incorporou a informação obtida no texto em construção.

À luz da Geografia Urbana, o pequeno contributo que eventualmente possamos trazer para o avanço desse particular do conhecimento, de forma directa através das ideias apresentadas no decurso do presente trabalho, ou indirectamente mediante o

incitamento que consigamos transmitir para que outros investigadores realizem progressos nesse domínio, será, por si só, a maior recompensa do trabalho realizado e do esforço dispendido.

As linhas de orientação anteriormente enunciadas, mesmo sabendo que não são incontrovertidas, devem ser entendidas como o corolário natural de toda uma gama de opções que em cada momento deste percurso sentimos necessidade de realizar, não olvidando o contexto das dificuldades e limitações de ordem diversa, as mais importantes em consequência da redução do tempo útil para percorrer as diversas etapas deste percurso, qual oceano tempestuoso encrespado de vagas que pouco a pouco desfaziam em pedaços a nossa resistência, quadro de afundamento eminente para o qual tantas vezes terão contribuído os nossos parcos conhecimentos científicos corroborados pela escassa inspiração literária.

No capítulo das metodologias, sem inovação digna de referência, destacamos a consulta de uma gama de certo modo diversificada de fontes bibliográficas, o contacto com várias entidades públicas e privadas, o auxílio precioso do trabalho de campo principalmente no tocante ao levantamento funcional da área em estudo, o recurso a estatísticas variadas.

Relativamente às fontes bibliográficas, no capítulo das espécies impressas, gostaríamos de salientar a imprensa da Lousã (que teve o seu início no ano de 1885, continuada, embora com alguns hiatos até aos nossos dias), superiormente representada no espólio da Biblioteca Municipal da Lousã, documentação que afinal se mostrou de elevado interesse para o nosso estudo.

No tocante às fontes manuscritas a sua utilização foi bastante regular, permitindo-nos destacar os livros das actas do município, importante documentação a merecer competente estudo e registo impresso, entre outra documentação de natureza diversa, como por exemplo, relatórios da actividade municipal lousanense; as informações paroquiais de 1721; informação estatística atinente à população no período pré-censitário; requerimentos (obras particulares e licenças diversas) apresentados à C.M.L.; o Tombo do Concelho da Lousã de 1821; vários livros de registos paroquiais (baptizados, casamentos, e óbitos); memórias descritivas de obras públicas, particularmente de estradas, e efemeramente do caminho de ferro. Em todos eles mantivemos a pontuação e a expressão escrita original, por vezes anárquica, pois não raras vezes o mesmo escrivão grafava a mesma palavra de diversas maneiras.

No concernente às fontes cartográficas, mormente a cartografia de grande escala, não obstante as pesquisas efectuadas em alguns arquivos históricos do país, as lacunas detectadas são consideráveis e comprometem seriamente a análise aprofundada da

evolução do plano urbano até finais do século XIX, o que, apesar de tudo, se torna menos «calamitoso» em face da relativa insignificância espacial da Vila até então.

Entendemos pertinente, dentro de uma certa selecção e limitação, ilustrar com imagens a evolução urbana da Vila, sempre que possível comparando diacronicamente o mesmo espaço de base. A qualidade das imagens apresentadas, apesar dos milagres que as modernas fotocopiadoras revelam a cada instante, está longe do nível dos originais, pelo que apresentamos as nossas desculpas ao estimado leitor.

Enfim, os métodos de que nos servimos - englobando igualmente as representações cartográficas e gráficas - para além de não serem específicos da nossa disciplina (embora as primeiras sejam nela mais usadas) acabam por não trazer nada de inovador, porque afinal também não eram objecto essencial deste estudo.

Qualquer trabalho desta natureza - apesar das imperfeições que o acompanham - não é, em circunstância alguma, resultado exclusivo do empenho do seu autor, mas fruto do contributo desinteressado de várias entidades e individualidades, a quem não posso deixar de expressar publicamente o meu mais profundo reconhecimento e o mais alto penhor de agradecimento.

Com efeito, é de inteira justiça destacar a Biblioteca Municipal da Lousã, e muito especialmente o seu insigne Director, o Sr. Dr. José Alberto Matos da Silva. As condições de trabalho que nos proporcionou, as facilidades concedidas na consulta de diversa documentação, o interesse e o incentivo que nos transmitiu, são provas de uma contribuição exemplar que não poderemos agradecer suficientemente.

De entre as suas inextinguíveis funcionárias, a Sr.^a Helena Quaresma, merece-nos uma palavra de apreço muito especial, principalmente pela louvável paciência com que manuseou largas centenas de páginas de jornais e de outros documentos objecto da nossa pesquisa.

À C.M.L., mormente ao seu Presidente, Professor Horácio André Antunes, e aos Srs. Arquitecto Rui Alves, Eng. Paulo Oliveira, Drs. Vítor Maia e Costa e Carlos Baptista (Geógrafo), e Ex.mas Sr.as Fernanda Tomás e Maria Manuela Lima Serra, agradecemos as facilidades concedidas na consulta de alguns documentos e/ou obtenção de informações de elevada relevância para a prossecução dos nossos objectivos.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal da Lousã, do Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala de Leitura e Mapoteca do nosso Instituto de Estudos Geográficos, uma palavra pela simpatia dispensada e pela forma profissional com que sempre nos atenderam.

Algumas pessoas forneceram ainda indicações ou esclarecimentos sobre assuntos vários que nos foram muito úteis. Embora correndo o risco de involuntariamente omitir

o contributo de alguém, é oportuno prestar tributo particularmente aos Srs. Engenheiro Manuel Nicolau de Lemos, Albertino Tomás Pires Alves, Juvenal Martins, João Ferreira Lobo, e José Ricardo Ferreira de Almeida.

Em todos eles, a disponibilidade de atendimento, o diálogo fácil e cordial, o fino trato, a compreensão perante as nossas preocupações, a resposta sempre pronta às nossas dúvidas, ou as facilidades concedidas no acesso aos elementos pretendidos, a riqueza do saber acumulado resultado da formação académica e da prática profissional que o sedimenta, ou simplesmente fruto amadurecido por essa fecunda construção que é a universidade da existência e das vivências pessoais, revelaram-se igualmente estimulantes à prossecução deste trabalho.

Aos Colegas do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, expresso o meu agradecimento pela amizade e pela compreensão que sempre nos dispensam, e pelo estímulo que nunca deixaram de nos transmitir.

Nesta apaixonante corrida contra o tempo, cada esclarecimento ou simples descoberta cognitiva pode ser eufemisticamente comparada a uma pequena gota de água, a fonte primária de alimentação de uma torrente que já nas secções medianas havia sido transformada em abundante, organizado e impetuoso ribeiro cujo “fado” é prestar tributo a cursos cada vez mais importantes. Sublinhando esta derradeira ideia, mas refutando o fatalismo «daiwisiiano», permitam-nos pressagiar que essa anunciada pronúncia de morte seja apenas o fim de um etapa. Ao longe, rasgando a imensidão da linha do horizonte, parece vislumbrar-se nova, mais longa e profícua aventura.

Um agradecimento muito especial devo ao Sr. Dr. António Agostinho pelo precioso auxílio prestado no âmbito dos meios informáticos e de certos desenhos gráficos que ilustram este trabalho, apesar de tudo penhor insignificante quando comparados com a inexcédível e imensurável amizade com que no distingue.

À minha querida géografa Filomena, devemos uma palavra de agradecimento muito especial. A imensurável disponibilidade para escutar as nossas ideias e sobretudo as nossas dúvidas, o contributo precioso na ilustração gráfica do trabalho e tantas outras contributos para a sua realização, a compreensão pelo nosso afastamento, o estímulo que nunca deixou de nos transmitir, enfim, uma colaboração dedicada que nunca poderemos nem saberemos agradecer numa verdadeira e justa dimensão.

Outro aspecto importante que nos apraz registar, não raras vezes esquecido pois submetido à marcha impiedosa ditada pelas ambições desmedidas da vida profissional e portanto subjugado pelo egoísmo humano, é o enriquecimento pessoal que resultou do franco convívio que desde o primeiro minuto germinou entre o grupo de intervenientes neste curso de Mestrado. Permitam-me, que entre este conjunto de amigos, destaque o Dr. João Luís Fernandes, colega e companheiro desde o primeiro minuto nesta

caminhada, a quem estamos gratos pelo superior contributo que prestou nas discussões travadas que não raras vezes inebriaram de luz as nossas dúvidas e constituíram forte incentivo à prossecução do nosso trabalho.

Para terminar, rematando a oiro este fino rendilhado de agradecimentos - pela grandeza dos espíritos invocados e não pela forma pouco literária desta mal alinhavada introdução -, sinto-me profundamente honrado em prestar tributo ao orientador deste trabalho, o Senhor Professor Doutor José Manuel Pereira de Oliveira. As críticas oportunas e enriquecedoras das ideias apresentadas, o esclarecimento sempre pronto para as dúvidas levantadas, a disponibilidade de atendimento e de préstimo sempre manifestada, são exemplos do elevado penhor de amizade, agradecimento e admiração que temos para o Géografo Coimbrão.

Culminando este já longo preâmbulo gostaria de salientar que tive algum prazer em escrever estas linhas, modestas e desprovidas de significativo valor científico e literário, posto que símbolo do nosso empenho na luta impiedosa travada contra a frequente necessidade de colmatar a falta de inspiração com o porfiado labor da nossa humilde condição de geógrafo. O reduzido espaço de tempo a que obedeceu a preparação deste trabalho para além de não nos ter permitido um “olhar mais distanciado” sobre as opções realizadas não deixa de condicionar também certas questões de forma facilmente compreensíveis e que a benevolência do leitor certamente saberá desculpar.

E no final, se outro tempo houvesse, quanta coisa não seria diferente . . .

1. O QUADRO ESSENCIAL DOS TRAÇOS GEOGRÁFICOS

Antes de iniciarmos o estudo das “linhas temáticas” anunciadas na introdução, pensamos que é pertinente conhecer sumariamente a «tela» onde o Homem tem gravado as suas marcas, e a respeito destas últimas completar os traços essenciais preliminarmente esboçados.

Ao olhar de um geógrafo os traços mais marcantes da Lousã definem-se nos profundos contrastes paisagísticos que encerra, para os quais também contribuiu a génese e a evolução da sua arquitectura geohumana.

A teia das relações locais e regionais operou-se entre espaços relativamente próximos mas com características geológico-geográficas amplamente contrastadas (Figuras 1 e 2).

Com efeito, num circuito de escassas dezenas de quilómetros, a geomorfologia e a litologia, a pedologia, a fitogeografia, a climatologia, a hidrologia, entre outros traços